

# A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849)\*

*Robin Law*

A carreira do traficante de escravos brasileiro Francisco Félix de Souza, conhecido como “Chachá”, já mereceu vários estudos, entre os quais se destaca o de David Ross.<sup>1</sup> Esses estudos não lograram, entretanto, resolver algumas das principais questões relativas à história do Chachá, nem tampouco tratar convincentemente de alguns de seus aspectos mais importantes. As deficiências desses trabalhos derivam não só de neles não se ter tomado em conta todo o espectro de fontes disponíveis, mas também do caráter problemático dessas fontes e das dificuldades em sintetizar as informações sobre os diferentes aspectos da carreira de Francisco Félix de Souza.

Foi ele uma figura central tanto do tráfico transatlântico de escravos, quanto da história de Ajudá, a comunidade costeira da África na qual ele passou a maior parte de sua vida — e, não só de Ajudá, mas também do reino do Daomé, a que essa comunidade pertencia. Esses dois papéis estavam evidentemente interconectados: se a sua posição na África decorria principalmente da riqueza derivada do comércio transatlântico, as suas operações comerciais ultramarinas foram facilitadas pela família extensa (fundada nos casamentos polígamos e na acumulação de escravaria), pela rede comercial e pelas conexões políticas que formou na África. Esses dois papéis representavam, de certo modo, esferas distintas de atividade, mas os estudos até agora escritos sobre Francisco Félix de Souza deram ênfase apenas à sua dimensão africana.

É difícil para o historiador soldar, retrospectivamente, as duas faces da carreira de Francisco Félix, pela natureza limitada dos dados existentes. Qualquer tentativa de rastrear e explicar a vida de nosso personagem tem de basear-se numa combinação das fontes européias que lhe são coetâneas com as tradições orais de Ajudá. As fontes européias iluminam princi-

palmente a dimensão internacional de sua carreira: pouco dizem sobre sua posição local, não passando das afirmações gerais a respeito de sua influência sobre o rei daomeano Guezo. Na realidade, a posição que tinha localmente é tida como um fato, em vez de ser explicada. Um exemplo: o comerciante afro-francês Nicolas d'Oliveira, cuja carreira antecipa a de Francisco Félix, e que, de acordo com a história oral, teve um papel determinante na decisão deste último de fixar-se em Ajudá em 1829, não é sequer mencionado nas fontes europeias da época.<sup>2</sup> Outro exemplo: os mercados daomeanos que forneciam escravos a Francisco Félix em Ajudá — Adjovi, Boya, Codjia, Gnahoui, Hodonou, Houénou (Quénoum) — ficaram também invisíveis nessas fontes, até após a morte do Chachá.<sup>3</sup> Por outro lado, as tradições locais pouco dizem sobre o envolvimento de Francisco Félix com o tráfico negreiro, não indo além de generalizações sobre sua posição preeminente entre os que a ele se dedicavam. Apresentam suas conexões internacionais também como um fato conhecido, sem explicá-las.

Além disso, os dados disponíveis sobre Francisco Félix de Souza apresentam-se fragmentários e desiguais. A maior deficiência reside no fato de Francisco Félix não nos ter deixado papéis, ao contrário do que sucede com algumas famílias de origem brasileira de Ajudá, que conservam material escrito relativo à sua história. Dentre elas, destaca-se a família Dos Santos, que guarda a correspondência de seu fundador, José Francisco dos Santos (m. 1871).<sup>4</sup> Um caso semelhante, fora de Ajudá, é o do “Grande Livro” dos Lawson, uma família de afro-britânicos de Popó Pequeno (Anexô ou Aného), no qual se contém, *inter alia*, a sua correspondência comercial entre 1841 e 1853.<sup>5</sup> Nada de parecido foi preservado pela família Souza. E é possível que nunca tenha existido. Um comerciante que lidou com Francisco Félix em 1830 observou que este evitara ler diante dele uma fatura comercial e deduziu que fosse analfabeto. Isto certamente não era verdade, mas outras testemunhas da época asseveraram que Francisco Félix de Souza não mantinha contabilidade, provavelmente como uma expressão consciente de um código de comportamento mercantil “aristocrático”, segundo o qual os ajustes verbais eram considerados como suficientes e definitivos.<sup>6</sup> Um pequeno número de papéis escritos por ele conserva-se fora de Ajudá, principalmente nos arquivos britânicos, entre documentos encontrados em navios negreiros apreendidos pela Marinha do Reino Unido.

Deve-se notar ainda a falta de documentação pessoal referente à parte brasileira da história de Francisco Félix de Souza. Os testamentos, feitos, antes de se instalarem definitivamente na África Ocidental, pelos dois mais importantes mercadores brasileiros da geração seguinte, Joaquim d'Almeida (m. 1857) e Domingos José Martins (m. 1864), foram localizados e publicados.<sup>7</sup> Não se encontrou documento semelhante de Francisco Félix. Isso pode ter-se devido, primeiro, ao fato de ser ele, como alguns relatos de contemporâneos seus sugerem, um homem pobre, antes de se mudar para a África;<sup>8</sup> e, segundo, à circunstância de que, ao contrário de Almeida e Martins, ele não retornou jamais, nem mesmo em curta viagem, ao Brasil. As tradições da família Souza mantêm que ele possuía propriedades no Brasil, mas que os documentos a elas referentes teriam sido destruídos por um incêndio, pouco depois da morte de Francisco Félix em 1849, no entreposto que seu filho mais velho, Isidoro, tinha em Popó Pequeno.<sup>9</sup> Histórias sobre a destruição de documentos (especialmente sobre documentos patrimoniais) são, porém, um estereótipo nas tradições orais de Ajudá e devem ser tratadas com reserva. Entre os papéis da família Lawson, em Popó Pequeno, inclui-se um texto que passa por representar o testamento de Isidoro de Souza, feito logo após o falecimento de seu pai e um pouco antes de haver Isidoro se transferido de volta de Popó para Ajudá. Esse documento é, contudo, uma cópia evidentemente muito posterior e, portanto, de autenticidade duvidosa. De qualquer modo, ele diz respeito exclusivamente às suas propriedades em Popó Pequeno, sem conter referência a um só bem no Brasil.<sup>10</sup>

As versões da história da família e de seu fundador, escritas recentemente pelos Souza, baseiam-se sobretudo nas tradições orais, embora algumas vezes essas se combinem com material publicado. Dos papéis da família Lawson constam variantes da saga de Francisco Félix.<sup>11</sup> Um relato mais amplo foi publicado, em 1955, por seu neto e sucessor no título de Chachá, ou chefe da família, Norberto Francisco de Souza. Mais recente é o livro de Simone de Souza, uma francesa casada na família. Esse livro é uma compilação de relatos publicados anteriormente, mas inclui uma boa quantidade de material adicional, em parte derivado de manuscritos inéditos, baseados, ao que parece, mais na tradição oral do que em fontes da épo-

ca.<sup>12</sup> Esses textos contêm muitas contradições e afirmações implausíveis e reclamam interpretação e avaliação cuidadosas.

As deficiências das fontes locais somam-se as limitações do material gerado pelos estrangeiros que visitaram Ajudá ou ali residiram por algum tempo. A correspondência e os relatórios dos três fortes europeus, fartos em pormenores sobre o século XVIII, cessam com o abandono dessas feitorias, em consequência da abolição legal do tráfico: o francês, em 1797; o inglês, em 1812; enquanto as comunicações entre o forte português e as autoridades coloniais no Brasil, às quais ele estava subordinado, começam a minguar por volta de 1807. Os relatos de primeira mão de pessoas em visita a Ajudá são também raros, exceto nos últimos anos de vida de Francisco Félix de Souza, de 1843 em diante. Antes disso, o único texto extenso, de primeira mão e de valor sobre Francisco Félix é o de Henry Huntley, um oficial que serviu no esquadrão naval britânico antitráfico na quarta década do Oitocentos.<sup>13</sup> Embora esses relatos conttenham alusões ao início da carreira de Francisco Félix, algumas das quais tendo por fonte o próprio Chachá, elas são em geral fragmentárias, algumas vezes obscuras e até contraditórias. Para as terceira e quarta décadas do século, o material com maior informação é o relacionado com os processos judiciais decorrentes da interceptação de navios negreiros pela Marinha britânica. Mas também esse material apresenta dificuldades consideráveis, uma vez que pormenores sobre a propriedade dos navios e de sua carga eram freqüentemente falsificados ou contestados. Além disso, “Souza” é um sobrenome português muito comum, e, naquela época, havia várias outras pessoas com o mesmo patronímico envolvidas no tráfico de escravos (inclusive ao menos uma com quase o mesmo nome completo), algumas das quais sem qualquer parentesco com o famoso Souza de Ajudá, embora fossem com ele freqüentemente confundidas nos textos das autoridades britânicas.

O objetivo do presente trabalho não é tentar fazer um relato completo da vida de Francisco Félix de Souza, mas tão-somente explorar alguns aspectos cruciais dela, preocupando-se principalmente com as obscuridades e contradições nas fontes disponíveis. Uma atenção especial foi dada aos documentos produzidos pela campanha antiescravagista britânica, que não foram até agora pesquisados com esse propósito.

## Os verdes anos (c. 1792-1820)

Começam com o lugar de seu nascimento as dúvidas que cercam a vida de Francisco Félix de Souza. Ele é tido geralmente como nascido no Brasil: conforme a tradição familiar, na Bahia, embora alguns testemunhos seus contemporâneos sustentem que era natural do Rio de Janeiro.<sup>14</sup> No entanto, um comerciante britânico que tratou com ele, por volta de 1830, o teve por “um nobre espanhol” com propriedades em Havana,<sup>15</sup> e alegação semelhante aparece nas memórias (sabidamente não-confiáveis e provavelmente em boa parte inventadas) de quem se dizia contrabandista de escravos, Richard Drake. Esse Richard Drake asseverava ter negociado com Francisco Félix em Ajudá, em 1839, e, embora reconhecendo que este tinha origem brasileira, identificou-o como o mesmo homem com quem anteriormente tinha lidado em Cuba.<sup>16</sup> Esse vínculo com Cuba pode ser simplesmente uma confusão, uma vez que havia um Francisco Feliz de Souza, também envolvido no comércio negreiro, que vivia em Matanzas, Cuba.<sup>17</sup> É possível, contudo, que o próprio Francisco Félix tenha contribuído para a confusão, pois, de acordo com o comerciante britânico Thomas Hutton, que o conheceu durante os seus 10 últimos anos de vida, ele gostava de dar a impressão de ser “espanhol de nascimento”.<sup>18</sup> A mistificação de suas origens pode ter refletido o embaraço do Chachá com sua vida passada, pois (como se mostrará abaixo) outros testemunhos sugerem ter ele ido para África em circunstâncias ignominiosas.

Os primeiros estágios da vida de Francisco Félix de Souza, anteriores à sua fixação, em 1820, em Ajudá, estão imersos em obscuridade, porque a maior parte das fontes são relatos registrados anos depois, a partir principalmente de 1840. Nelas incluem-se também histórias tradicionais recolhidas no século XX. Ainda que essas fontes, de um modo geral, concordem numa série de episódios ligados ao início de sua vida na África, elas discrepam quanto à ordenação cronológica.

Para começar, são diferentes as datas em que teria chegado à África, o que se complica com o fato de ter ele para lá viajado em mais de uma ocasião. Francisco Félix declarou a um visitante inglês, em 1847, que tinha vindo para Costa pela primeira vez em 1793, e que tinha ali vivido sem interrupção desde 1800.<sup>19</sup> A data de seu primeiro desembarque é confir-

mada, aproximadamente, por Hutton, que afirma ter ele chegado a Ajudá em 1792, quando tinha 23 anos.<sup>20</sup> Segundo Hutton, ele ali ficou durante três anos, retornando em seguida ao Brasil (embora, como verá adiante, haja dúvidas de que em sua primeira estada ele tenha residido em Ajudá). A data apresentada pela família para sua primeira chegada, 1788, não deve ser levada em conta.<sup>21</sup> Quanto à data de seu segundo e definitivo desembarque, cerca de 1800, é ela confirmada por vários textos da época: uma expedição britânica, que esteve em Ajudá em 1825, entendeu que Francisco Félix “morava em Ajudá e em Popó havia mais de 25 anos”; e dois visitantes franceses, em 1843, souberam que ele ali vivia havia 42 ou 43 anos.<sup>22</sup> A data de 1800 é também a que comumente consta das tradições familiares.<sup>23</sup>

Discutem-se não só as datas mas também as circunstâncias das viagens de Francisco Félix de Souza à África. Hutton nos conta que ele dizia ter chegado da primeira vez, em 1792, para servir como secretário do forte português em Ajudá. Essa história foi melhorada na subsequente tradição familiar, que o fez governador do forte.<sup>24</sup> É possível, porém, que Hutton tenha compreendido mal, porque os documentos existentes do forte português só acusam a presença de Francisco Félix bem mais tarde, após 1803. O mais provável, portanto, é que sua primeira visita à África Ocidental, entre 1792 e 1795, tenha sido uma viagem de negócios. As tradições familiares alegam que foi para comerciar que ele esteve em Badagry, a leste de Ajudá, onde ergueu um entreposto chamado Ajido.<sup>25</sup>

Parece claro que foi também como comerciante privado que ele voltou à África em 1800, e que só começou a prestar serviços ao forte português em Ajudá depois que seus negócios malograram.<sup>26</sup> Ao que indica, houve um motivo legal ou político, além do comercial, para o seu regresso à África. No mais antigo relato que conhecemos sobre suas atividades após sua instalação em Ajudá, um relatório britânico de 1821, diz-se dele que era “um renegado... banido dos Brasis”; e num outro texto, escrito logo após a sua morte, afirma-se que teria sido proscrito do Brasil por “algum crime político”.<sup>27</sup> As circunstâncias de seu desterro são, contudo, obscuras. O famigerado traficante de escravos Theophilus Conneau (de pseudônimo, Theodore Canot), que comerciou com Francisco Félix em 1830,

em Ajudá, alegava que este viera parar ali, após ter participado na guerra pela independência do Brasil: alistara-se, no Rio de Janeiro, no exército de D. Pedro, mas posteriormente dele desertara.<sup>28</sup> Essa história, no entanto, não pode ser verdadeira, uma vez que Francisco Félix chegou à costa africana cerca de 1800, muito antes, portanto, da secessão brasileira (e, por outro lado, em 1821 já se escrevia sobre seu “banimento” do Brasil). Houve uma tentativa anterior de insurreição nacionalista em 1798 (mas em Salvador, na Bahia, e não, no Rio), e é possível que a história de Conneau seja uma confusa alusão ao envolvimento de Francisco Félix naquele episódio. Por outro lado, a sua condição de fora da lei poderia estar associada à sua participação no tráfico de escravos, tecnicamente ilegal ao norte do Equador para os cidadãos portugueses desde 1815. O mais provável é que houvesse outra razão, que desconhecemos.

As fontes também se contradizem quanto ao local onde Francisco Félix se instalou, ao retornar à África, mas é provável que esse não tenha sido, como queria Ross, Ajudá.<sup>29</sup> Na penúltima década do Oitocentos, recolheu-se da família a informação de que, em 1800, ele se estabelecera inicialmente em Badagry.<sup>30</sup> É possível, porém, que tenha havido confusão com sua primeira viagem ao continente africano, entre 1792 e 1795. Versões familiares mais recentes afirmam, de um modo geral, que, em 1800, ele foi morar mais para oeste, em Popó Pequeno, onde levantou um segundo entreposto chamado Ajido. Certamente, Francisco Félix mantinha conexões com Popó Pequeno, pois terá sido nessa época que ele desposou Jijibu, uma filha de Comlagan, chefe de Popó, de quem lhe nasceu o primeiro filho, Isidoro. Em 1802, de acordo com a tradição familiar.<sup>31</sup> Mas é possível que, já então, como sucederia depois, ele possuísse entrepostos em mais de um lugar ao longo do litoral.

Como quer que tenha sido, dentro em pouco ele começou a enfrentar reveses em suas atividades comerciais e empregou-se no forte português de Ajudá. Isso ocorreu antes de 1803, quando o seu nome aparece num documento como escrivão e contador da fortaleza.<sup>32</sup> O último governador formalmente designado para o forte e que partiu do Brasil em 1804, Jacinto José de Souza, era evidentemente seu irmão, mas a vinda deste não parece ter tido qualquer conexão com a presença de Francisco Félix na costa.

Com a morte e a não-substituição de Jacinto e de outros funcionários superiores, Francisco Félix assumiu a posição de governador interino do forte, pois como tal aparece em 1806.<sup>33</sup> Posteriormente, contudo, ele abandonaria o forte, para tornar-se um participante por conta própria no florescente, ainda que ilegal, comércio de escravos para o Brasil e para Cuba. Em 1816, o seu nome figura como o do proprietário de um navio negreiro interceptado pela marinha britânica.<sup>34</sup>

Onde ele então se estabeleceu é também matéria de controvérsia. Diferentes relatos colocam-no em Ajudá, Badagry ou Popó Pequeno. Talvez mantivesse residências ou, quando menos, estabelecimentos comerciais em todos esses lugares. Algum tempo depois, ele se envolveria numa disputa com o rei Adandozan, do Daomé, que o levaria à prisão, durante uma visita à capital do reino, Abomei. Dela conseguiu fugir para Popó Pequeno. E dali apoiaria o golpe de estado que, provavelmente em 1818, destroinou Adandozan e pôs em seu lugar o seu irmão Guezo. Embora essa história só conste dos relatos tradicionais (que datam do final do século XIX), não há motivo para duvidar de que seja em sua essência verdadeira.<sup>35</sup> Em recompensa a esse apoio, Francisco Félix foi convidado pelo novo rei, Guezo, para voltar a Ajudá. Conforme a saga familiar, ele retornou de Popó Pequeno para Ajudá em setembro de 1820,<sup>36</sup> o que combina com os textos da época, nos quais a sua presença nessa última cidade é atestada, pela primeira vez, em 1821.

### Francisco Félix de Souza, “Chachá” de Ajudá

De acordo com o que se escreveu até agora, quando Francisco Félix regressou a Ajudá, não o fez como um simples comerciante, pois havia sido nomeado pelo rei Guezo para uma posição oficial: segundo Ross, por exemplo, ele se tornara “um chefe daomeano... como um título especial... o Chachá de Ajudá”.<sup>37</sup> Provavelmente, porém, estamos diante de uma simplificação. Os textos da época mostram que Francisco Félix não pretendia inicialmente fixar-se em Ajudá, pois, em abril de 1821, ele obteve das autoridades portuguesas do Rio de Janeiro um passaporte para retornar ao Brasil.<sup>38</sup> Parece claro que sua evolução para um “chefe daomeano” não estava prevista: foi o resultado do tempo. E é quase certo que a palavra Chachá



era originalmente uma alcunha pessoal, que se transformou em título retrospectivamente, após sua morte, quando foi herdado por seus filhos.

Não sabemos a razão por que Francisco Félix não voltou então para o Brasil. Talvez ele tivesse sido retido pelas autoridades daomeanas. Huntley, na década de 1830, entendeu que o rei Guezo lhe vedara deixar Ajudá, embora a essa altura a proibição se revelasse inócuca, uma vez que Francisco Félix já se resignara a viver ali.<sup>39</sup> É também possível que seus planos tenham sido afetados pela independência do Brasil, em 1822. Como indicado antes, numa das versões sobre o seu alegado “desterro” do Brasil, afirma-se que ele era um desertor do exército do Imperador D. Pedro I, e, ainda que isso pudesse não ser literalmente verdade, não se afasta que a alegação refletisse, deturpada, a imagem de quem primeiro apoiara o novo regime brasileiro e depois com ele rompera. A secessão do Brasil tivera repercussões em Ajudá, onde a posse do forte português foi objeto de disputa entre Lisboa e o Rio de Janeiro, sendo decidida em favor de Portugal no acordo em que esse reconheceu a independência brasileira, em 1825. De uma história posterior (recolhida na década de 1860) consta que Francisco Félix ofereceu a fortaleza de Ajudá ao Governo brasileiro, mas deste não recebeu resposta, o que pode ter sido o motivo da ruptura.<sup>40</sup> Como evidência de seu afastamento do Brasil poderia apresentar-se a mudança de destino na educação de seus filhos: embora seu rebento mais velho, Isidoro (nascido em 1802) tenha sido mandado estudar no Brasil — e isto, antes da independência, pois ele teria retornado à África em 1822 —, o caçula, Antônio, nascido em 1814 e apelidado de “Kokou” (ou “Cocu”, na pronúncia portuguesa), foi para a escola em Portugal.<sup>41</sup> É de notar-se também que Francisco Félix continuou a declarar a sua condição de nacional português após 1822, e, embora houvesse, para as suas atividades ilegais de negreiro, certas vantagens em fazê-lo (como se explicará mais adiante), isso pode também ter representado uma tomada de posição política. Ainda que o bairro de Ajudá fundado por Francisco Félix tenha passado a chamar-se Brasil (em francês, Brésil, e em fom, Blezin), não se pode disso retirar conclusões sobre sua fidelidade política ao seu país natal, pois não se registra essa denominação durante a sua vida, quando, ao que consta, a sua casa grande era conhecida, do mesmo modo que os entrepostos por ele criados em Badagry e Popó Pequeno, por Ajido.

A natureza da posição de Francisco Félix em Ajudá é freqüentemente falseada na tradição local, como de “vice-rei de Ajudá e chefe dos brancos”.<sup>42</sup> Esse equívoco foi consolidado internacionalmente pelo romance histórico de Bruce Chatwin, que, embora confessadamente uma obra de ficção, se baseia estreitamente (na sua parte africana, mas não, na brasileira) na vida de Francisco Félix de Souza.<sup>43</sup> Essa deturpação vem, contudo, de longe, da sua própria época. Um dos oficiais da Marinha britânica, ao depor, em 1842, ante o Comitê Parlamentar sobre a África Ocidental, declarou, por exemplo: “O Senhor De Souza é o vice-rei e tem poder de vida e de morte”. Um outro oficial, embora o contradissesse, ao observar que “o cabeceira” de Ajudá era “um nativo”, acrescentou que esse cabeceira estava “completamente subordinado” a Francisco Félix, indicando que este último tinha algum tipo de posição oficial, pois podia, segundo se alegava, pôr em campo uma força de 5 mil ou 6 mil soldados.<sup>44</sup> Na realidade, o posto de vice-rei e “chefe dos brancos” (tradução do título indígena Yovogan) estava nas mãos de um daomeano, que, durante a maior parte do período em que Francisco Félix viveu em Ajudá, se chamava Dagba.<sup>45</sup> A primazia de Dagba aparece clara nos relatos dos europeus que estiveram em Ajudá nos últimos anos de vida de Francisco Félix, como o missionário Freeman (1843) e o explorador Duncan (1845). Ambos, ao chegar, visitaram primeiro o Yovogan, para lhe explicar o que tinham vindo fazer, e só depois foram avistar-se com Francisco Félix.<sup>46</sup> É mais do que provável que Francisco Félix de Souza tenha sido feito um “cabeceira” do Daomé, o que implicava a obrigação de fornecer forças militares ao rei. Nisso, contudo, ele não era o único, uma vez que se tinha por normal que o soberano desse o título de chefe aos principais mercadores de Ajudá (inclusive, mais tarde, por exemplo, a Domingos José Martins e a José Francisco dos Santos).

O que é evidente é que a posição de Francisco Félix era essencialmente comercial, e não política. Ele funcionava como o agente do rei em Ajudá, e, se os europeus tenderam a exagerar a sua situação no Daomé, foi porque tinham de haver-se com ele, em vez de diretamente com o soberano, em tudo o que dizia respeito ao comércio. Mas até mesmo o seu papel mercantil tem sido mal compreendido e exagerado: não é estritamente correto que haja usufruído do monopólio do comércio.<sup>47</sup> A realidade é que, na sua

condição de agente do rei, ele gozava do privilégio real da primeira opção: num relato de 1839, deixa-se claro que “os outros comerciantes só transacionavam com aquilo que ele não desejava para si próprio”.<sup>48</sup>

Uma coisa parece clara nos textos da época, em discordância com as tradições locais: a legitimidade e a autoridade da posição de Francisco Félix em Ajudá derivavam tanto de suas conexões europeias e internacionais, quanto de sua designação pelo rei do Daomé — e, inicialmente, mais daquelas do que desta.<sup>49</sup> Ao retornar a Ajudá, Francisco Félix reafirmou certamente a sua condição de governador do forte português, pois o que justificou a concessão do passaporte em 1821 foram os serviços que nele prestara “durante vários anos”. Em outro texto de 1821, assevera-se que Francisco Félix “se avoca os direitos e os privilégios de quem detém autoridade, concedendo documentos e licenças de todo o tipo para todos os mercados de escravos, com a confiança de quem recebeu do Governo português o poder de fazê-lo”.<sup>50</sup> E noutros, posteriores, deixa-se claro que sua pretensa autoridade se fundava na governança do forte português. Em 1827, por exemplo, os britânicos observaram que, embora abandonado por Portugal, o forte continuava a ser “ocupado” por Francisco Félix; e Huntley, na quarta década do século, declarava que o Chachá “não se desligara de sua condição de governador e, sempre que necessário, a assumia, no trato dos assuntos políticos com os nativos ou com outros”.<sup>51</sup>

Ao alegar a nacionalidade portuguesa, Francisco Félix estaria a demonstrar prudência, a procurar garantir para os navios nos quais tinha interesses a imunidade parcial de apreensão pela Marinha britânica de que gozavam os barcos portugueses: até o *Equipment Act* de 1839 (que autorizava a captura de navios que se mostrassem aparelhados para transportar escravos), eles só podiam ser apreendidos, se tivessem carga humana a bordo. A emissão de documentos mencionada em 1821 provavelmente se relaciona com a prática comum de expedir passaportes falsos, a autorizar o embarque de escravos ao sul do Equador, onde o tráfico negreiro continuou legal para os nacionais portugueses até 1836. Dessa forma, os navios que comerciavam em Ajudá ficavam a salvo de captura, mesmo com escravos a bordo, se pudessem atravessar o Atlântico ao sul do Equador. O ter o forte português um governador provavelmente fortalecia o argumento de que

Ajudá era uma possessão lusitana e, sendo assim, não tinham os britânicos direito de perseguição e captura em suas enseadas, pois estas faziam parte das águas territoriais portuguesas. Em 1827, por exemplo, quando os britânicos apresaram um navio negreiro na saída de Ajudá, o seu capitão alegou “acreditar que a referida embarcação e sua carga estavam protegidas pelos tratados e convenções”, uma vez que havia sido apreendido, quando ancorada “junto ao forte..., e o dito forte estar na posse da Coroa de Portugal”. As autoridades britânicas não aceitavam, contudo, que a continuada ocupação da fortaleza por Francisco Félix de Souza tivesse caráter oficial. Em 1839, ao ser apreendido nas mesmas águas o navio *Empreendedor*, que estava sob bandeira portuguesa (ainda que os britânicos decidissem judicialmente que era de fato brasileiro), o seu comandante e proprietário, Joaquim Teles de Menezes, genro de Francisco Félix e também residente em Ajudá, argumentou que “seu barco era português e tinha sido impropriamente capturado sob os canhões do forte português”.<sup>52</sup>

Não há dúvida, entretanto, de que Francisco Félix não morava na fortaleza de São João Batista de Ajudá, que servia, em 1825, para hospedar comandantes de navios portugueses. Huntley, na quarta década do século, encontrou-o vivendo “numa boa mansão, construída por ele próprio”.<sup>53</sup> De acordo com as tradições locais, ele primeiro morou com Nicolas d’Oliveira e, quando depois ergueu a sua própria casa-grande, que se tornou o centro do quarteirão “Brasil”, o fez no lado oposto ao do forte lusitano.

É de presumir-se que a alegação de Francisco Félix de ser o governador do forte terminou quando esse foi oficialmente reocupado pelas autoridades da ilha de São Tomé, em 1844. Diz-se que ele teria então entregue as chaves da fortaleza ao novo governador.<sup>54</sup> Por essa época, em virtude do *Equipment Act* de 1839, teria deixado de ser útil reivindicar a nacionalidade portuguesa. É de crer-se que a percepção de Francisco Félix como essencialmente um “chefe daomeano” tenha refletido as condições dos últimos anos de sua vida, quando se diluiu a dimensão ultramarina de suas atividades.

## Francisco Félix de Souza como traficante negreiro: alguns aspectos negligenciados (c.1820-40)

Como já consignado, é rica e pormenorizada a informação existente sobre as atividades mercantis internacionais de Francisco Félix de Souza na documentação relativa à busca e à apreensão de navios negreiros pela Marinha britânica. Não obstante ter sido esse material amplamente usado nos estudos sobre o tráfico ilegal de escravos, não se tomou em conta até agora o quanto pode servir para melhor compreender a carreira do Chachá.<sup>55</sup>

Essa documentação é especialmente valiosa para identificar outros indivíduos envolvidos, em Ajudá, no tráfico negreiro, quer como sócios, quer como competidores de Francisco Félix. Enquanto as tradições locais dão a impressão de que o Chachá era, antes de 1840, o único grande comerciante de escravos, os textos da época mencionam os nomes de outros que, provisória ou permanentemente, lá residiam e mercadejavam. Muitos desses nomes não se repetem em outros textos ou aparecem sem maiores informações que permitam melhor identificá-los ou precisar os seus papéis e sua importância no mundo do tráfico negreiro. Em alguns poucos casos, porém, eles emergem dos documentos de bom corpo. Um desses é o já citado Joaquim Teles de Menezes, um importante sócio de Francisco Félix, que figura em vários relatórios britânicos. Menezes fixou-se em Ajudá por volta de 1830 e lá se casou com uma das filhas de Francisco Félix. Ele é mencionado pela primeira vez em 1835, como o proprietário de um navio negreiro interceptado pela Marinha britânica; e posteriormente, como dono e capitão de dois outros barcos, apreendidos em 1836 e 1839. Durante os processos judiciais, Menezes se contradisse a respeito de sua origem: num testemunho, declarou-se nascido na ilha do Príncipe; noutro, em Pernambuco; mas, do mesmo modo que Francisco Félix, reclamou a nacionalidade portuguesa. Ele aparece pela última vez, nos textos da época, em 1841, como passageiro de um navio suspeito de estar envolvido no tráfico, que velejava da Bahia para a ilha do Príncipe.<sup>56</sup> É de presumir-se que Menezes operasse em sociedade (ou, pelo menos, em cooperação) com seu sogro; na verdade, um dos seus navios, o *Empreendedor*, pertencera antes a Francisco Félix, tendo dele sido adquirido em 1837, em operação

registrada na ilha do Príncipe. Talvez por não ter deixado descendentes em Ajudá, Menezes não figura nas tradições locais.

Outro importante mercador que se estabeleceu, durante aquele período, em Ajudá foi Juan José Zangronis (ou Sangron). Filho de um dos principais comerciantes de Havana, ele o supria de escravos e, mais tarde, a um irmão que ficou em Cuba. Nos textos da época, Zangronis aparece pela primeira vez em 1835, a receber produtos que vinham de Cuba. É mencionado depois como o consignatário de vários carregamentos de mercadorias e como fornecedor de escravos a quatro outros navios ancorados em Ajudá, entre 1836 e 1839.<sup>57</sup> Zangronis faleceu em Ajudá em 1843.<sup>58</sup> Ao contrário de Menezes, Zangronis deixou descendentes em Ajudá: um filho mestiço dele, Francisco Zangronis, aparece a visitar a corte real em Abomei, em 1864.<sup>59</sup> A família existe até hoje, embora o seu nome se tenha aporuguesado, Sangronio, e de seu fundador, lembrado como José Sangronio, se diga ter sido “um brasileiro de origem portuguesa”, em vez de espanhol ou cubano. A confusão resulta evidentemente do fato de haver a família sido, no correr do tempo, absorvida pela comunidade brasileira.<sup>60</sup> Nos documentos britânicos, Zangronis é habitualmente mencionado junto com Francisco Félix, em termos que indicam serem eles sócios, em vez de concorrentes. Por exemplo, há evidência de que o navio *Emprehendedor*, comandado por Joaquim Teles de Menezes e apreendido em Ajudá em 1839, por suspeita de tráfico de escravos, tinha sido anteriormente propriedade conjunta de Francisco Félix e Zangronis. Um texto da época refere-se a este último como “funcionário” daquele; e essa alegada subordinação encontra apoio numa tradição recente, segundo a qual Zangronis serviu Francisco Félix como intérprete na língua fom, idioma que ele teria rapidamente aprendido, logo após sua chegada a Ajudá.<sup>61</sup> Um outro filho seu, Inácio José Sangron, viria a casar-se com uma filha de Francisco Félix, mas isso deu-se bem mais tarde, após 1870.<sup>62</sup>

Um segundo fato que emerge dos arquivos britânicos é o de que Francisco Félix de Souza embarcava por sua própria conta escravos para as Américas, em vez de apenas suprir deles os navios na África. Na Bahia, o comerciante André Pinto da Silveira operou como seu agente no quarto decênio de 1800.<sup>63</sup> Francisco Félix também possuía vários barcos empre-

gados na navegação transatlântica. Ao menos um teve a construção encomendada por ele nos Estados Unidos, o *Príncipe de Guiné*.<sup>64</sup> O barco, construído na Filadélfia, zarpou daquela cidade, em 1825, para Ajudá, tendo por destino final a Bahia. Segundo o testemunho de seu capitão norte-americano, o seu proprietário era Francisco Félix. Quando, contudo, o navio voltou à costa africana no ano seguinte, para comerciar em Ajudá, seus documentos davam-no como pertencente a um homem de negócios baiano, Antônio Pedroso de Albuquerque. Outras embarcações foram por adquiridas por Francisco Félix na África Ocidental, como, por exemplo, o *George & James*. Apreendido ao largo de Ajudá, esse navio pertencera originalmente à firma londrina Mathew Forster & Co., que o empregava no comércio legal. O veleiro foi, porém, vendido na África a seu imediato, Mr. Ramsay, que nele fez uma viagem de ida e volta à Bahia. Os britânicos estavam seguros de que o seu verdadeiro dono era Francisco Félix e sustentavam que este fornecera a Ramsay o dinheiro para a compra.<sup>65</sup> O brasileiro procurava também adquirir navios negreiros apreendidos e confiscados pelos britânicos e, para isso, tinha, em 1828, um agente na colônia britânica de Freetown, na Serra Leoa.<sup>66</sup> Entre os navios apreendidos pelos britânicos que se tinham como propriedade total ou parcial de Francisco Félix figuravam o *Legítimo Africano*, apresado em 1835, o *Dom Francisco* e o *Florinda*, interceptados em 1837, e o *Fortuna*, capturado em 1839.<sup>67</sup> Outros, embora não estivessem, no momento do apresamento, em nome de Francisco Félix, a ele tinham antes pertencido, como o caso já referido do *Emprehendedor*, que lhe fora comprado por seu genro Menezes, ou dele e de Zangronis, em 1837.<sup>68</sup> Como vimos, Menezes possuía outras embarcações, talvez em associação com seu sogro ou como preposto dele. A maioria dos navios de propriedade de Félix de Souza e de Menezes tinha sido adquirida na própria África Ocidental, em geral em Ajudá e, em alguns casos, na ilha do Príncipe. De um, porém, o *Legítimo Africano*, afirma-se ter sido construído localmente, em Ajudá. Tornou-se comum, na época do comércio ilegal, que traficantes de escravos possuíssem os seus próprios barcos, mas Francisco Félix foi nisso, ao que parece, pioneiro. Também não era incomum a construção de navios, na costa africana, com a montagem de partes importadas pré-fabricadas ou com o aproveitamento de materiais locais, durante o período do tráfico clandestino.<sup>69</sup>

Um outro aspecto das operações comerciais de Francisco Félix de Souza, que se mostra claro nos textos da época (e também é reconhecido pelas tradições), foi o uso do transporte por canoas ao longo das lagoas que correm paralelas ao litoral, ligando Ajudá a outros portos a leste e a oeste. Embora essas ligações não fossem novas no comércio de Ajudá,<sup>70</sup> elas tomaram uma feição ainda mais relevante, durante o tráfico clandestino de escravos, como um meio de evadir a vigilância do esquadrão britânico. Uma vez que as atenções britânicas se dirigiam para Ajudá, um porto famoso de escravos, os seus mercadores, embora ali reunissem os cativos, frequentemente os levavam, ao longo da lagoa, para outros embarcadouros menos conhecidos. Como Huntley observou, na quarta década do século, “se De Souza sabia que um cruzador britânico rondava Ajudá, ele ordenava o negreiro a ir para um outro porto; depois, enviava os escravos em canoas pela lagoa até o ponto onde eles desciriam em terra, cobririam a pé a faixa de terra [entre a lagoa e a praia] e seriam embarcados rapidamente, podendo então o navio prosseguir viagem”.<sup>71</sup>

A oeste de Ajudá, a principal base de Francisco Félix, antes de 1820, era, como já se viu, Popó Pequeno. Após sua mudança para Ajudá, parece que, inicialmente, ele tentou manter sua influência em Popó; tanto assim que, em 1822 e 1823, apoiou o influente comerciante George Lawson na guerra civil contra o chefe da cidade, Comlagan, que dela foi expulso.<sup>72</sup> Francisco Félix não manteve, porém, seu entreposto em Popó Pequeno. Segundo as tradições locais, depois de sua saída da cidade, as casas que nela havia construído foram deixadas ao deus-dará (na realidade, “caíram em ruínas”), até que o entreposto foi restabelecido, muitos anos mais tarde, por seu filho mais velho, Isidoro.<sup>73</sup> Não é claro o motivo pelo qual o entreposto foi abandonado, mas é possível que isso se tenha devido à ruptura das comunicações entre Ajudá e Popó Pequeno, em decorrência da guerra civil de 1822 e 1823, após a qual a facção derrotada se estabeleceu a leste, em Agué. A tradição data de 1840 a reocupação do entreposto, o que casa bem com os textos da época, que nos mostram naquele ano, pela primeira vez, a presença de Isidoro em Popó.<sup>74</sup> Sua decisão foi tomada provavelmente em resposta à crescente pressão britânica, após o *Equipment Act* de 1839, que tornou necessário multiplicar os embarcadouros de escravos.



Nas terceira e quarta décadas do Oitocentos, Francisco Félix parece ter dado maior atenção à rota para leste, dentro da lagoa. Recordam as tradições locais que ele mandou dragar a lagoa naquela direção, a fim de permitir o trânsito fácil das canoas até Cotonu.<sup>75</sup> A leste de Ajudá, a lagoa estava separada do lago Nokoué, em Godomey, por um banco de areia — e este foi provavelmente o obstáculo que Francisco Félix (temporariamente) desobstruiu. Dada sua posição estratégica no sistema de ligações lacustres paralelo à costa, Godomey exercia um papel central nas comunicações entre Ajudá e, para oriente, Porto-Novo e Badagry, além de conectar-se também por um caminho terrestre ao seu próprio ancoradouro, no litoral. De acordo com a tradição, Godomey ficava no mesmo lugar que o antigo porto de Jakin, destruído pelos daomeanos em 1732, e que fora, assim, reconstituído cerca de cem anos mais tarde, para servir de embarcadouro alternativo a Ajudá. Registra-se pelo menos um navio que, em 1830, após deixar em terra sua carga em Ajudá e ali adquirir escravos a Francisco Félix, seguiu para leste, a fim de recolhê-los em Jakin.<sup>76</sup> Seu outro e talvez novo nome, Godomey, surge pela primeira vez nos textos da época em 1843, ao relatar-se haver Francisco Félix para lá viajado, “a negócios”.<sup>77</sup>

Cotonu situa-se na margem meridional do lago Nokoué, no preciso lugar onde as suas águas mais se aproximam do oceano, assim maximizando as vantagens do transporte aquático. A história tradicional atribui sua fundação ao rei Guezo, a conselho de Francisco Félix de Souza, que andava à busca de um novo ponto de embarque de escravos, menos conhecido e, por isso, menos sujeito às investidas da marinha britânica.<sup>78</sup> Isso deve ter-se dado após o *Equipment Act* de 1839, o que é confirmado pelos textos da época, nos quais a mais antiga alusão ao comércio em Cotonu parece ser o relatório de um oficial da Marinha britânica que serviu, de 1839 a 1841, no esquadrão da África Ocidental. Nele se explica que um bloqueio de Ajudá seria ineficaz, porque os escravos poderiam ser mandados para Ekpe (“Apee”).<sup>79</sup> Provavelmente esse oficial não se referia a Ekpe, que tinha sido um embarcadouro de escravos durante o século XVIII, porém, sim, a um outro lugar, mais a ocidente, chamado em outras fontes “Appi Vista”, um nome alternativo de Cotonu.<sup>80</sup> Após o falecimento de Francisco Félix, o controle de Godomey e Cotonu continuou nas mãos da família: em 1852,

Godomey era um monopólio de seu filho mais velho e sucessor como Chachá, Isidoro, e Cotonu, do irmão mais novo deste, Antônio.<sup>81</sup>

Godomey e Cotonu pertenciam ao Daomé, do mesmo modo que Ajudá. Mas as operações de Francisco Félix estendiam-se para leste muito além das fronteiras daomeanas. Ele refez, por exemplo, os seus vínculos com Badagry, onde mantivera antes, ainda que por pouco tempo, um entreposto. Segundo as tradições familiares, quando, em 1822, o seu filho Isidoro regressou do Brasil, Francisco Félix o mandou comerciar em Badagry, de onde retornou a Ajudá por volta de 1834.<sup>82</sup> O entreposto de Francisco Félix, Ajido, ficava, na realidade, a alguns quilômetros a leste de Badagry. Os relatórios sobre o comércio ilegal de escravos o mencionam no período de 1826 a 1827, embora sem referência explícita aos Souza: um navio apreendido ao largo de Lagos, em 1826, havia estado antes em Ajido, para comprar provisões e outros produtos, e um outro foi capturado, em 1827, diante de Ajido, com escravos a bordo.<sup>83</sup> Explicam as tradições que o entreposto foi abandonado nos anos 1830 por causa dos prejuízos advindos de incêndios e furtos e atribuem o malogro à juventude e inexperiência de Isidoro. É possível, contudo, que o falhanço se tenha devido a motivos geopolíticos muito mais amplos: é instigante saber que, por essa época, Badagry caíra sob o poder de Adele, o exilado rei de Lagos, o que certamente provocou uma reorientação das rotas comerciais entre o interior e a costa.<sup>84</sup> Mesmo após o abandono do entreposto, Francisco Félix continuou a fazer negócios em Badagry: em 1836, por exemplo, um barco que comerciava com Zangronis em Ajudá, também levava tabaco e outros bens de propriedade do Chachá para Porto-Novo e Badagry.<sup>85</sup>

Há evidências de que Francisco Félix manteve, na quarta década do século, conexões comerciais ainda mais para leste, até Lagos. Dois dos navios mencionados anteriormente como de sua propriedade, o *Florida*, apreendido em 1837, e o *Fortuna*, capturado em 1839, tinham comerciado em Lagos, e não em Ajudá. Um dos barcos que pertenciam a seu genro, Menezes, também velejou, em 1835, de Ajudá para Lagos, a fim de recolher escravos nessa última cidade; e um segundo, comandado pelo próprio Menezes, foi ainda além e, em 1836, embarcou cativos em Old Calabar.<sup>86</sup> Parece também que seus navios aportavam regularmente na ilha do Prín-

cipe, a fim de ali obter passaportes das autoridades portuguesas. Um deles, o *Fortuna*, levava um passaporte emitido em Luanda.

As atividades mercantis de Francisco Félix de Souza se estendiam, portanto, muito além de sua base em Ajudá. Envolviam não só operações transatlânticas, mas também entre portos do litoral africano, incluindo lugares além da jurisdição daomeana, como Popó Pequeno, a oeste, e Porto-Novo, Badagry e Lagos, a leste. Compreendiam ainda tratos com as colônias portuguesas na África. Subentende-se que, em vez de ser apenas uma personagem especificamente “daomeana”, ele operava, pelo menos até o fim dos anos 1830, numa escala internacional.

### O eclipse de Francisco Félix de Souza (c. 1840-1849)?

Embora Francisco Félix tenha vivido até 1849, ele perdeu bem antes a liderança no comércio de Ajudá. Como ele próprio declarou a Duncan, por volta de 1845, as suas transações com escravos “se tinham tornado reduzidas, em comparação com as de dantes”.<sup>87</sup> Em parte, isso era apenas um reflexo de sua idade avançada. Em 1843, ele ainda viajara até Abomei, juntamente com o agente francês Brue, para participar nos chamados “costumes” do rei, mas, dois anos mais tarde, Duncan o encontrou de cama, enfermo, e incapaz, por isso, de acompanhá-lo à capital.<sup>88</sup>

Com o declínio físico do chefe da família, o comando passou para a nova geração dos Souza. Como já se viu, o filho mais velho, Isidoro, havia comerciado em nome do pai em Badagry, e, em 1840, fora incumbido de reabrir o entreposto em Popó Pequeno. Um filho mais novo, Antônio “Kokou” (ou “Cocu”, na pronúncia portuguesa), também se envolveu no comércio para as bandas ocidentais da lagoa, sendo mencionado juntamente com Isidoro na correspondência da família Lawson, como mercadejando em Agué e Popó Pequeno, a partir de 1843. Negociava também em Ajudá, pois na correspondência de José Francisco dos Santos anotam-se três transações envolvendo pagamentos feitos a Antônio, durante os anos de 1846 e 1847. De uma delas, diz-se explicitamente ter sido uma venda de escravos.<sup>89</sup> Antônio também aparece como proprietário de um navio, o *Galliana*, apresado pelos britânicos ao largo da costa, em 1849, por suspeito de trá-

fico de escravos, mas que, na ausência de provas concludentes, foi em seguida liberado. Esse navio fora construído, por encomenda de Antônio, no Porto, em Portugal; e dali zarpara, primeiro, para a Bahia, onde o fora buscar um outro dos irmãos Souza, Francisco, que dele foi o comissário, no trajeto para a África.<sup>90</sup> Um outro irmão, Inácio, é também mencionado em 1848, na corte real em Abomei. Em 1849, dele, de Isidoro e de Antônio se afirmava que eram “ricos e traficantes de escravos”. E é de presumir-se que também Inácio tenha começado a comerciar antes da morte paterna.<sup>91</sup> Os textos não esclarecem se esses três irmãos mercadejavam como prepostos do pai ou por conta própria, e se em cooperação ou concorrência. Após o passamento do pai, no entanto, os três competiram pelo título de Chachá, e o patrimônio da família em Ajudá foi dividido entre eles.<sup>92</sup>

O declínio de Francisco Félix não se devia apenas à idade. Na década dos 1840, os seus negócios tinham entrado numa fase difícil e ele estava cheios de dívidas. Às vésperas de sua morte, dele se assegurava que estava “quase indigente”. Quando o rei mandou seus funcionários confiscarem suas propriedades, esses não encontraram “nem dinheiro, nem bens, nem coisa alguma de valor”, a não ser “alguns móveis e alguma prata” — mas, com toda a probabilidade, a sua família deve ter retirado de casa e escondido todos os bens que podia, a fim de evitar a taxa de herança real —, e seu filho Inácio teve de pedir emprestado dinheiro para pagar as cerimônias fúnebres. Tinha dívidas sobretudo com comerciantes no Brasil e em Cuba. Devia também \$80.000 ao rei Guezo e, um pouco antes de seu falecimento, teve de enviar-lhe, como penhor, seu ataúde de prata.<sup>93</sup>

Algumas versões em Ajudá culpam o rei Guezo pelo empobrecimento de Francisco Félix. Guezo, com ciúmes de sua riqueza, teria procurado deliberadamente arruiná-lo, exigindo demais dele e deixando de lhe pagar o que adquiria a crédito. Esses relatos atribuem a morte de Francisco Félix ao desespero por haver perdido o favor real, e chegam a insinuar que ele teria sido envenenado por ordem de Guezo.<sup>94</sup> Os textos da época não confirmam, porém, as tradições. O mais provável é que a sua ruína se tenha devido aos repetidos prejuízos que lhe deram as atividades do esquadrão antitráfico britânico: ele próprio declarou a Duncan, em 1845, que os ingleses lhe haviam capturado 22 navios.<sup>95</sup> E afirmou também, noutra oca-

sião, ter perdido bens no valor de \$100.000 num incêndio em Ajudá, por volta de 1836 ou 37.<sup>96</sup> Alguns comentários de seus contemporâneos sugerem que suas dificuldades derivavam de suas extravagâncias e da má administração de seus negócios, especialmente da imprudência com que aceitava vender a crédito, e num deles se adianta que ele fora sempre “mais do que liberal em dar presentes” ao soberano.<sup>97</sup> Os textos da época negam também a alegação de que Francisco Félix fora arruinado pela sistemática falta de pagamento por parte de Guezo. E afirmam que era aquele quem devia dinheiro ao rei, e não vice-versa. Os relatos tradicionais provavelmente representam uma transferência para a época de Francisco Félix de fatos ocorridos na década dos 1880, quando outro de seus filhos, Julião, que era o Chachá, foi eliminado e suas propriedades confiscadas pelo sucessor de Guezo, Glelé.

Qualquer que tenham sido as causas da ruína de Francisco Félix de Souza, elas fizeram com que Guezo procurasse reorganizar o comércio e o destituisse da posição de único agente real. Segundo Hutton (que escrevia pouco depois da morte de Francisco Félix), diante das reclamações dos credores do Chachá no Brasil e em Cuba, o rei providenciou para que “agentes de Havana e dos Brasis se estabelecessem em Ajudá, e para que De Souza deixasse de embarcar escravos, passando a receber uma comissão de um dobrão por peça exportada”.<sup>98</sup> Esse texto apresenta várias dificuldades: a mais óbvia, a falta de datas precisas, ainda que uma alusão a “uma lei mais rígida... relativa à captura de navios negreiros” pareça indicar um período após o *Equipment Act* de 1839. Pode-se objetar que alguns outros agentes instalaram-se antes disso em Ajudá, notadamente o cubano Zangronis, no início da quarta década do século, mas este, como já visto, comerciava em associação com Francisco Félix, e não a concorrer com ele. Por sua vez, Francisco Félix ainda embarcava escravos em agosto de 1839, quando o seu nome figura como o proprietário de um navio negreiro capturado pelos britânicos, o *Fortuna*, e como o dono e o consignatário de sua carga. O mais provável, portanto, é que a mudança tenha ocorrido após 1840.

O fraseado do texto de Hutton sobre os novos procedimentos comerciais é também ambíguo e aberto a diferentes interpretações. Pela leitura de Ross, Francisco Félix deixou inteiramente de comerciar, transforman-

do-se “num funcionário que coletava uma taxa... por escravo exportado”.<sup>99</sup> Uma interpretação mais simples seria a de que ele continuou a suprir de escravos os outros traficantes, o pagamento de um dobrão (\$16) por cabeça representando sua comissão. Uma referência, datada de 1847, na correspondência de Santos à “taxa de embarque de Dom Francisco” é ambígua: o montante dado, \$10,00, ao que parece, por dois escravos, corresponde ao imposto de exportação devido ao rei, \$5,00 por indivíduo, e deve ter sido coletado em seu favor. Está claro, contudo, que Francisco Félix e seus filhos continuaram a vender escravos, pelo menos de vez em quando. Santos também se queixa do alto preço cobrado pelo “velho”, numa clara alusão ao Chachá: “ele diz que deseja 80 pesos [dólares] por peça, porque os brancos pagam 70 pesos e pagam o *caranquejo*” — palavra, esta última, de sentido obscuro (e talvez um erro de cópia), mas que, no contexto, parece referir-se à “comissão” de Francisco Félix na venda de escravos.<sup>100</sup> Como outros traficantes brasileiros, Francisco Félix engajou-se no comércio de azeite de dendê, que, embora recente, se expandiu com rapidez em Ajudá, a partir da metade da década dos 1840. No ano de 1846, relata-se que ele encheu de óleo de palma cinco navios.<sup>101</sup>

Um dos novos traficantes que conseguiu então entrar no comércio de escravos foi Joaquim d’Almeida, cuja base principal era, mais para oeste, Agué, em vez de Ajudá.<sup>102</sup> Segundo as tradições locais, ele teria chegado pela primeira vez a Agué em 1835, enquanto os textos britânicos contemporâneos indicam que ele ali já mercadejava antes de 1840.<sup>103</sup> Seria somente no início de 1845, que ele, tendo antes passado algum tempo no Brasil, se fixou na África definitivamente.<sup>104</sup> Num certo momento, Almeida conseguiu permissão do rei Guezo para comerciar em Ajudá, e um relato posterior vincula a quebra do monopólio de Francisco Félix especificamente à entrada de Almeida no mercado daquela cidade.<sup>105</sup> Por volta de 1849, se não antes, ele mantinha nela uma residência, e outra em Agué, sendo considerado “o mais rico morador de Ajudá”, relegando, assim, para um segundo plano qualquer um dos membros da segunda geração dos Souza.<sup>106</sup> Nas tradições de Ajudá assevera-se que o principal sócio de Almeida era Azanmado Quénun, um antigo cliente de Francisco Félix, mas que dele se separou para atuar de forma independente. Foi Quénun quem persua-

diu Guezo a comerciar com Almeida e a permitir que este se instalasse em Ajudá.<sup>107</sup> É de concluir-se que este último recebia os escravos de Guezo por intermédio de Quénium, e não dos Souza. A casa grande de Almeida em Ajudá situava-se no quarteirão de seu sócio Quénium, imediatamente ao sul do bairro “Brasil” dos Souza, do qual outrora fizera parte.<sup>108</sup>

Mais importante ainda, na nova geração de mercadores de escravos, tornou-se Domingos José Martins (também conhecido como “Domingo Martinez”).<sup>109</sup> Martins chegou à África por volta de 1835, como tripulante de um navio negreiro consignado a Francisco Félix de Souza. O barco foi apreendido e a tripulação desembarcada em Ajudá, onde Martins viveu, por alguns anos, “da caridade” do Chachá.<sup>110</sup> No final dos anos 1830, ele mudou-se para Lagos, onde viria a ser o principal comerciante de escravos. Após um breve retorno à Bahia, ele voltou à África no início de 1846, estabelecendo-se em Porto-Novo, a leste de Ajudá.<sup>111</sup> Martins foi o mais importante de todos os traficantes negreiros, nesse período: em 1849, era tido como “o comerciante mais rico no Golfo [do Benim]”.<sup>112</sup> Em 1846, ele instalou-se, não na capital do reino de Porto-Novo (a cidade atual do mesmo nome), no norte da lagoa, mas na praia ao sul, no vilarejo ao qual se tinha dado originalmente o nome de “Porto-Novo”, a moderna Sémè. Esse vilarejo estava sob o controle efetivo do soberano do Daomé, em vez de subordinar-se ao rei de Porto-Novo, e era àquele e não a este que Martins pagava tributo.<sup>113</sup> Era também do Daomé que ele recebia o grosso dos escravos. Nos últimos meses de 1846, Martins visitou o rei Guezo em Abomei, e lhe afiançou “que não devia temer que cessasse a demanda por escravos, e que se dispunha a adquirir todos os que o rei lhe pudesse mandar”.<sup>114</sup> Isso indica que Martins comerciava diretamente com Guezo, sem a intermediação dos Souza. Provavelmente muito desse comércio passava ao largo de Ajudá: os cativos seriam trazidos por terra para a margem noroeste do lago Nokoué e, depois, por canoa, do porto de Abomei-Calavi até Sémè. Martins não deixava, porém, de transacionar em Ajudá. Tanto assim que, em 1849, ali mantinha um estabelecimento, o qual, a dar prova de sua grande riqueza, era tido como “o melhor prédio da cidade”.<sup>115</sup> Essa construção ficava na região leste de Ajudá, próxima ao forte português, e também ela fora do bairro dos Souza.<sup>116</sup> Martins acabaria, contudo, por

vincular-se a eles, ao casar-se com uma das filhas de Francisco Félix, mas isso, ao que parece, só se deu após a morte do Chachá em 1849.<sup>117</sup>

Além desses comerciantes cujas bases de operação se situavam fora de Ajudá, outros foram capazes de mercadejar com escravos dentro da cidade, em aberta competição com os Souza. Um deles foi José Francisco dos Santos, cuja correspondência documenta suas atividades a partir de 1844. Segundo a história oral, Santos começou sua carreira a serviço da família Souza, como alfaiate, e casou-se com a filha mais velha do primeiro Chachá, Francisca.<sup>118</sup> Posteriormente, porém, ele se estabeleceu no bairro Tové, no nordeste de Ajudá (e, se não ele, os seus descendentes lá se fixaram), o que implicaria um certo grau de independência em relação aos Souza.<sup>119</sup> Em sua correspondência, Santos aparece comerciando com escravos por conta própria e como agente de traficantes no Brasil, embarcando-os tanto em Agué e Popó Pequeno, a oeste, quanto em Ajudá. Em suas operações ao longo da lagoa, ele colaborava, ao menos de vez em quando, com Isidoro de Souza, em Popó, e com Almeida, em Agué. Em Ajudá, embora adquirisse algumas peças, como já ficou dito, de Antônio de Souza, ele comprava outras diretamente do rei.<sup>120</sup>

Parece, entretanto, serem exageradas as percepções habituais (refletidas, por exemplo, em Ross) do eclipse da influência de Francisco Félix.<sup>121</sup> Não encontram elas apoio nos textos da época. Baseiam-se sobretudo no relato de Hutton, que pode ter ganho as cores do declínio dos Souza após a morte do fundador da família. O principal significado das mudanças que se verificam na quinta década do século XIX seria o encolhimento das atividades de Francisco Félix em Ajudá, a contrastar com o comércio transatlântico de escravos no qual ele tinha estado anteriormente engajado. Junto com sua perda, em 1844, do título de governador do forte português, isso representou um desfalque em sua dimensão internacional, o que fez com que ele passasse a ser visto, mais do que dantes, como um “chefe daomeano”.

## Considerações Finais (1849)

Francisco Félix faleceu em 8 de maio de 1849. Os mal-entendidos sobre o seu papel em Ajudá (ou a mitologização de sua pessoa) persistiram



até o fim. Os britânicos presumiram que sua morte representava um golpe severo nos interesses escravocratas em Ajudá e abriria caminho para a negociação de um tratado antitráfico negreiro com Daomé,<sup>122</sup> quando, na verdade, conforme se viu, ele perdera sua preeminência no comércio de escravos, que passara para Domingos José Martins e Joaquim d'Almeida. (Foi, aliás, um fiasco a tentativa de negociar um tratado anti-tráfico negreiro com o rei Guezo, em 1849 e 1850.) Por outro lado, a idéia, difundida posteriormente, de ter Francisco Félix perdido o favor real é desmentida pelo fato de haver Guezo lhe concedido um funeral à altura de um grande chefe daomeano: nas cerimônias incluiu-se até mesmo, a despeito dos protestos de seus filhos, a oferenda de sacrifícios humanos (normalmente uma prerrogativa real).<sup>123</sup> Sua condição de daomeano naturalizado foi também reiterada, quando, conforme já mencionado, Guezo reclamou suas propriedades, como de costume em relação aos funcionários mais importantes. Não só o rei mandou que agentes confiscassem o patrimônio de Francisco Félix, para dele retirar a taxa de herança, como também atribuiu-se a prerrogativa de designar quem lhe sucederia no comando da família, escolhendo para tal o filho mais velho do morto, Isidoro. Desse modo, a transformação de Francisco Félix de Souza, de um comerciante expatriado num chefe africano, consumou-se e se formalizou na sua morte.

*(Traduzido do original em inglês por Alberto da Costa e Silva)*

## Notas

\* Este trabalho deriva de um projeto mais amplo de pesquisas sobre a história social de Ajudá, Uidá ou Ouidah, nos séculos XVIII e XIX. Parte dele é reaproveitamento de um ensaio anterior, "The evolution of the Brazilian community in Ouidah", apresentado no simpósio "Rethinking the African Diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil", realizado na Universidade de Emory, em Atlanta, Estados Unidos da América, em abril de 1998. Uma versão revista daquele texto aparecerá em breve em *Slavery & Abolition*.

<sup>1</sup> David Ross, "The First Chacha of Whydah: Francisco Felix de Souza", *Odu*, nº 2 (1969), 19-28. Ver também Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite de nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIe au XIXe siècle*, Paris, 1968, 460-7; Jerry Michael Turner, "Les Brésiliens: The impact of former Brazilian slaves upon Dahomey" (tese de doutorado, Universidade de Boston, 1975), 88-98. O tratamento dado na obra recente de Milton

Guran, *Agudás: os “brasileiros” do Benim* (Rio de Janeiro, 1999), 20-31, segue basicamente esses estudos anteriores.

<sup>2</sup> A mais antiga alusão a Nicolas d’Oliveira aparece em Edouard Foà, *Le Dahomey* (Paris, 1985), 22.

<sup>3</sup> Ver Robin Law, “The origins and evolution of the merchant community in Ouidah”, em Robin Law e Silke Strickrodt (org.), *Ports of the Slave Trade (Bight of Benin and Biafra)* (Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999), 55-70.

<sup>4</sup> Publicada em tradução francesa em Pierre Verger e outros, *Les Afro-américains* (Dacar, 1953), 53-100.

<sup>5</sup> Adam Jones, “Little Popo and Agoué at the end of the Atlantic Slave Trade: glimpses from the Lawson correspondence and other sources”, em Law e Strickrodt (org.), *Ports of the Slave Trade*, 122-134.

<sup>6</sup> Theophilus Conneau, *A Slaver’s Log Book, or 20 Years’ Residence in Africa: The original 1853 manuscript* (Londres, 1977), 202; UK Parliamentary Papers [doravante, PP], Papéis Relativos à Redução de Lagos, 1852 [PRRL], inserto no nº 8, Thomas Hutton, Cape Coast, 7 de agosto de 1850. A propósito da ética comercial “aristocrática” de Francisco Félix de Souza, ver Ross, “First Chacha”, 22.

<sup>7</sup> Textos, em tradução francesa, em Verger, *Flux et reflux*, 425-7, 475-7.

<sup>8</sup> O próprio Francisco Félix de Souza, nos últimos anos de vida, recordava que, ao chegar pela primeira vez a Ajudá, se sustentou com as cauris que surrupiava de altares religiosos. Conforme citado por I. A. Akinjogbin, *Dahomey and its Neighbours, 1708-1818* (Cambridge, 1967), 198.

<sup>9</sup> Foà, *Le Dahomey*, 27.

<sup>10</sup> Jones, “Little Popo and Agoué”, 130.

<sup>11</sup> Grand Livre Lolamé, Aného [GLL], “The History of Francisco F. de Souza”. O material registrado na última década do século XIX por Foà, *Le Dahomey*, 19-22, parece estar relacionado estreitamente com o transcrito nos papéis da família Lawson.

<sup>12</sup> Norberto Francisco de Souza, “Contribution à l’étude de l’histoire de la Famille de Souza”, *Etudes dahoméennes*, 13 (1955), 17-21; Simone de Souza, *La Famille de Souza du Bénin-Togo* (Cotonu, 1992).

<sup>13</sup> Sir Henry Huntley, *Seven Years’ Service on the Slave Coast of Western Africa* (Londres, 1850), I, 113-24.

<sup>14</sup> Por exemplo, Conneau, *Slaver’s Log Book*, 202.

<sup>15</sup> PP. Report of the Select Committee on the Coast of West Africa, 1842 [SCWCA], Minutes of Evidence, 2286-7, Capt. Henry Seward.

<sup>16</sup> Richard Drake, *Revelations of a Slave Smuggler* (Nova York, 1860), excerto em George Francis Dow, *Slave Ships and Slaving* (Massachusetts, 1927), 234-6, 252. Sobre a natureza espúria da narrativa de Drake, ver T. C. McCaskie, “Drake’s fake: a curiosity concerning a spurious visit to Asante in 1839”, *History in Africa*, 11 (1984), 233-36.

<sup>17</sup> Um navio envolvido no tráfico para Cuba, apreendido pelos britânicos no Gabão em 1839, era, de acordo com os seus documentos, propriedade de Francisco Feliz de Souza. As autoridades britânicas julgaram que este era o Souza de Ajudá, mas o comandante declarou que o proprietário, De Souza, residia em Matanzas. PP, ST 1839-40, Class A, nº 44, caso do *Tejo*.

<sup>18</sup> PP, PRRL, inserto no nº 8, Hutton, 7 de agosto de 1850.

<sup>19</sup> Archibald Ridgway, “Journal of a visit to Dahomey”, *New Monthly Magazine*, 81 (1847), 195.

<sup>20</sup> As tradições da família Souza põem o nascimento de seu fundador em 4 de outubro de 1754, o que o faria ter cerca de 38 anos em 1792. Os seus contemporâneos diferem muito ao lhe estimar a idade, mas concordam em considerá-lo bastante mais jovem do que sugerem os relatos tradicionais.

<sup>21</sup> Primeiro em Paul Hazoumé, *Le pacte de sang au Dahomey* (Paris, 1937), 28, nota 1; também Norberto de Souza, “Contribution”, 15.

<sup>22</sup> Public Record Office Londres [PRO], ADM55/11, Journal of Hugh Clapperton, novembro de 1825; Brue, “Voyage fait en 1843, dans le royaume de Dahomey”, *Revue coloniale*, 7 (1845), 56; Príncipe de Joinville, *Vieux souvenirs (1818-1848)*, citado por Verger, *Flux et reflux*, 463.

<sup>23</sup> Norberto de Souza, “Contribution”, 18. Outras versões dão a data de 1798.

<sup>24</sup> PP, PRRL, inserto no nº 8, Hutton, 7 de agosto de 1850; [Gavoy] “Note historique sur Ouidah [1913]”, *Etudes dahoméennes*, 13 (1955), 6; Norberto de Souza, “Contribution”, 17.

<sup>25</sup> Norberto de Souza, “Contribution”, 17.

<sup>26</sup> Conforme tradição recolhida, na penúltima década do século XIX, por Augusto Sarmiento, *Portugal no Daomé* (Lisboa, 1891), 59.

<sup>27</sup> PRO, FO84/19, Sir G. R. Collier, “Report upon the Coast and Settlements of Western Africa”, 27 de dezembro de 1821; Frederick E. Forbes, *Dahomey and the Dahomans* (Londres, 1851), I, 106-7.

<sup>28</sup> Conneau, *Slaver's Log Book*, 202.

<sup>29</sup> Ross, “First Chacha”, 19.

<sup>30</sup> Sarmiento, *Portugal no Dahomé*, 59.

<sup>31</sup> Norberto de Souza, “Contribution”, 18.

<sup>32</sup> O documento não existe mais, porém foi examinado no forte de Ajudá, em 1865, por Carlos Eugênio Corrêa da Silva, como se lê em seu livro *Uma viagem ao estabelecimento português de S. João Batista de Ajudá na Costa da Mina em 1865* (Lisboa, 1866), 77.

<sup>33</sup> Verger, *Flux et reflux*, 460.

<sup>34</sup> *Ibidem*, 638.

<sup>35</sup> Para uma síntese dos relatos tradicionais, ver Moussa Oumar Sy, “Le Dahomey: le coup d'état de 1818”, *Folia Orientalia*, 6 (1964), 205-38.

- <sup>36</sup> GLL, “History of Francisco F. de Souza”.
- <sup>37</sup> Ross, “First Chacha”, 20-1.
- <sup>38</sup> Verger, *Flux et reflux*, 462.
- <sup>39</sup> Huntley, *Seven Years' Service*, I, 115.
- <sup>40</sup> Corrêa da Silva, *Viagem*, 59-60.
- <sup>41</sup> Norberto de Souza, “Contribution”, 18-19; Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 59.
- <sup>42</sup> Foà, *Le Dahomey*, 22.
- <sup>43</sup> Bruce Chatwin, *The Viceroy of Ouidah* (Londres, 1980).
- <sup>44</sup> PP, SCWCA, 4063, Tenente Reginald Levinge; 2461-4, Comandante Henry Broadhead.
- <sup>45</sup> Dagba foi nomeado Yovogan em 1823, e manteve essa posição até a morte, na antepenúltima década do Oitocentos, fundando uma família que ainda existe em Ajudá. Ver Léon-Pierre Ghézowounmè Djomolia Dagba, *La collectivité familiale Yovogan Houannon Dagba de ses origines à nos jours* (Porto Novo, 1982).
- <sup>46</sup> Thomas Birch Freeman, *Journal of Various Visits to the Kingdoms of Ashanti, Aku & Dahomi* (Londres, 1844); John Duncan, *Travels in Western Africa in 1845 & 1846* (Londres, 1847).
- <sup>47</sup> Ver Robin Law, “Royal monopoly and private enterprise in the Atlantic trade: the case of Dahomey”, *Journal of African History*, 18 (1977), 555-77.
- <sup>48</sup> Broquant, *Esquisse commerciale de la Côte Occidentale d'Afrique* (1839), citado por Verger, *Flux et reflux*, 463.
- <sup>49</sup> Qualificando o argumento de David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade* (Nova York, 1987), 57, de que Francisco Félix e outros traficantes brasileiros desse período “não possuíam os vínculos políticos” externos dos estabelecimentos europeus existentes na área.
- <sup>50</sup> PRO, FO84/19, Collier, 27 de dezembro de 1821.
- <sup>51</sup> PP, ST 1827, A, nº 57, caso do *Trajano*; Huntley, *Seven Years' Service*, 114.
- <sup>52</sup> PP, ST 1827, A, nº 57, caso do *Trajano*; 1839-40, nº 77, caso do *Emprehendedor*.
- <sup>53</sup> PRO, ADM 55/11, Clapperton, novembro de 1825; Huntley, *Seven Years' Service*, I, 116.
- <sup>54</sup> Corrêa da Silva, *Viagem*, 79.
- <sup>55</sup> Eltis, *Economic Growth*, é, entretanto, altamente esclarecedor sobre o contexto geral da carreira de Francisco Félix, e faz uma ou outra alusão específica às suas atividades.
- <sup>56</sup> PP, ST 1835, A, nº 59, caso do *Thereza*; 1836, A, nº 69, caso do *Joven Carolina*; 1839-40, A, nº 77, caso do *Emprehendedor*; 1842, A, nº 79, caso do *Galliana*.
- <sup>57</sup> PP, ST 1836, A, nº 50, caso do *Mosca*; 1837, A, nº 39, caso do *Latona*; nº 41, caso do *Carlota*; 1840, A, nº 47, caso do *Jack Wilding*. Entre os documentos encontrados na última embarcação, havia uma relação dos bens entregues a Zangronis e a Francisco Félix, em 1834, por um passageiro, Antônio Capó, quando era capitão do navio *General Manso*.

- <sup>58</sup> Freeman, *Journal*, 258.
- <sup>59</sup> Richard Burton, *A Mission to Gelele, King of Dahome* (Londres, 1864), II, 258.
- <sup>60</sup> Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 71.
- <sup>61</sup> PP, ST 1839-40, A, nº 35, caso do *Victoria*; Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 71.
- <sup>62</sup> O filho mais velho dos dois foi batizado em 1876, conforme Simone de Souza, ob. cit., 71, 244, 277.
- <sup>63</sup> PP, ST 1835, Class B, nº 107, Mr. Parkinson, Bahia, 10 de dezembro de 1834.
- <sup>64</sup> PP, ST 1826-7, A, nº 8, J. T. Williams, Serra Leoa, 20 de março de 1826; 1827, A, nº 49, caso do *Príncipe de Guiné*.
- <sup>65</sup> PP, ST 1826-7, A, nº 38, George Randall, Serra Leoa, 30 de março de 1826.
- <sup>66</sup> Christophe Fyfe, *A History of Sierra Leone* (Londres, 1962), p. 196.
- <sup>67</sup> PP, ST 1835, A, nº 54, caso do *Legítimo Africano*; 1837, A, Further Series, nº 13, caso do *Don Francisco*; nº 14, caso do *Florida*; 1840, A, nº 61, caso do *Fortuna*.
- <sup>68</sup> Outro exemplo: o do *Atrevido*, capturado, em dezembro de 1834, com um carregamento de escravos provenientes de Ajudá, cujo capitão alegou ter adquirido o barco de Francisco Félix, em 1831. PP, ST 1835, A, nº 52.
- <sup>69</sup> Cf. Eltis, *Economic Growth*, 158, 182.
- <sup>70</sup> Ver, para um contexto mais amplo, Robin Law, “Between the sea and the lagoons: the interaction of maritime and inland navigation on the precolonial Slave Coast”, *Cahiers d'études africaines*, 29 (1989), 209-37.
- <sup>71</sup> Huntley, *Seven Years' Service*, I, 115-6.
- <sup>72</sup> Ver Nicoué Lodjou Gayibor, *Le Geny: un royaume oublié de la Côte de Guinée au temps de la traite des noirs* (Lomé, 1990), 189-201.
- <sup>73</sup> GLL, Julgamento do caso de Kain versus Chico d'Almeida, Popó Pequeno, 2 de março de 1893.
- <sup>74</sup> PP, ST 1840, A, nº 85, caso do *Plant*.
- <sup>75</sup> Gavoy, “Note historique”, 61.
- <sup>76</sup> PP, ST 1830, A, nº 33, caso do *Véloc Pasagera*.
- <sup>77</sup> PRO, CO96/12, J. H. Akhurst, Agué, 25 de setembro de 1843.
- <sup>78</sup> Jacques Lombart, “Cotonou, ville africaine”, *Etudes daoméennes*, 10 (1953), 30.
- <sup>79</sup> PP, SCWCA, 3997, Tenente R. Levinge.
- <sup>80</sup> Cf. PP, ST 1855-6, B, nº 28, Cônsul Campbell, Lagos, 6 de janeiro de 1856.
- <sup>81</sup> PRO, FO2/7, “Commercial Report”, para o Vice-Cônsul Fraser, Fernando Pó, 15 de maio de 1852. Posteriormente, ainda na mesma década, Cotonou passou para o controle de Domingos José Martins.
- <sup>82</sup> Norberto de Souza, “Contribution”, 19. Isidoro permaneceu 6 anos em Ajudá, antes de ser mandado para Popó Pequeno, em 1840.

- <sup>83</sup> PP, ST 1827, A, nº 51, caso do *Hiroina* (com referência a “Judo, um local entre Badagry e Lagos”); nº 54, caso de *Venus* (“Ajudo”, identificado erroneamente como Ajudá). Ajido foi também visitado por Richard Lander, viajando por terra de Badagry, em 1826 ou 1827: *Records of Captain Clapperton's Last Expedition to Africa* (Londres, 1830), II, 265-6, 269 (“Adjeedore”).
- <sup>84</sup> Ver Robin Law, “The career of Adele at Lagos and Badagry, c. 1807-c.1837”, *Journal of the Historical Society of Nigeria*, 9/2 (1978), 35-59 (embora nesse artigo não se estabeleça vinculação com Francisco Félix de Souza).
- <sup>85</sup> PP, ST 1837, A, nº 39, caso do *Latona*.
- <sup>86</sup> PP, ST 1835, A, nº 59, caso do *Thereza*; 1836, A, nº 69, caso do *Joven Carolina*.
- <sup>87</sup> PP, Report of the Select Committee on the Slave Trade, 1848, Minutes of Evidence, 3055, J. Duncan.
- <sup>88</sup> Brue, “Voyage”, 56; Duncan, *Travels*, I, 203.
- <sup>89</sup> Jones, “Little Popo and Agoué”, 131; correspondência de Santos, nºs 44, 52, 80 [28 de dezembro de 1846, 19 de fevereiro e 1 de dezembro de 1847].
- <sup>90</sup> PP ST 1849-50, A, nº 98, caso do *Galliana*. Esse Francisco de Souza era provavelmente aquele que tinha a alcunha de “Chico” e que, mais tarde (1859-80), substituiria Isidoro como Chachá.
- <sup>91</sup> Blancheley, “Au Dahomey”, *Les Missions catholiques*, 223 (1891), 536; PP, ST 1849-50, B, inserto 10 no nº 9, Tenente Forbes, 5 de novembro de 1849.
- <sup>92</sup> Foà, *Le Dahomey*, 26-7; Gavoy, “Note historique”, 68-9.
- <sup>93</sup> PP, PRRL, inserto no nº 8, Hutton, 7 de agosto de 1850; ST 1849-50, B, nº 7, Vice-Cônsul Duncan, Ajudá, 22 de setembro de 1849; inserto 10 em nº 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.
- <sup>94</sup> Foà, *Le Dahomey*, 23; Hazoumé, *Le pacte du sang*, 109.
- <sup>95</sup> Duncan, *Travels*, I, 204.
- <sup>96</sup> PRO, CO96/12, Hutton, Cape Coast, 17 de março de 1847.
- <sup>97</sup> PP, ST 1849-50, B, inserto 10 no nº 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.
- <sup>98</sup> PP, PRRL, inserto no nº 8, Hutton, 7 de agosto de 1850.
- <sup>99</sup> Ross, “First Chacha”, 25.
- <sup>100</sup> Correspondência de Santos, nºs 52, 54 [ambas as cartas de 19 de fevereiro de 1847].
- <sup>101</sup> PRO, CO96/12, Thomas Hutton, Agué, 7 de dezembro de 1846. Ver Eltis, *Economic Growth*, 171. Isso põe em dúvida a afirmação de Ross, em “First Chacha”, 22, de que Francisco Félix não logrou fazer a transição para uma nova estrutura de comércio exterior, na qual se combinavam os escravos e o óleo de palma, ao contrário do que sucedera dom Domingos José Martins. Na realidade, também nisso Francisco Félix parece ter sido um pioneiro.
- <sup>102</sup> Turner, “Les Brésiliens”, 102-5.

<sup>103</sup> PP, Slave Trade 1841, Class A, nº 109, caso do *Gratidão*, apreendido pela marinha britânica em outubro de 1840. Os papéis encontrados a bordo mostram que um passageiro, Tobias Barreto Brandão, estivera envolvido no tráfico nos últimos dois anos, tendo comerciado em Agué com, entre outros, Joaquim d'Almeida.

<sup>104</sup> Antes de retornar à África, ele fez seu testamento na Bahia, em dezembro de 1844. Texto em Verger, *Flux et reflux*, 475-7.

<sup>105</sup> Foà, *Le Dahomey*, 23.

<sup>106</sup> PP, ST 1849-50, B, inserto 10 no nº 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.

<sup>107</sup> Foà, *Le Dahomey*, 23; [Renier], 'Recherches sur l'organisation du commandement indigène' [Ajudá, 1917], *Mémoire du Bénin*, 2 (1993), 63; Maximilien Quénoum, *Les ancêtres de la famille Quénoum* (Langres, 1981), 60-1.

<sup>108</sup> Reynier, "Recherches", 66.

<sup>109</sup> David Ross, "The career of Domingo Martinez in the Bight of Benin, 1833-64", *Journal of African History*, 6 (1965), 79-90.

<sup>110</sup> PRO, CO96/12, Hutton, 17 de março de 1847.

<sup>111</sup> Correspondência de Santos, nº 28 [3 de março de 1846].

<sup>112</sup> PP, ST 1849-50, B, inserto 10 no nº 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.

<sup>113</sup> PP, ST 1854-5, B, nº 21, Cônsul Campbell, Badagry, 1 de novembro de 1854.

<sup>114</sup> PRO, CO96/12, Hutton, 17 de março de 1847.

<sup>115</sup> PP, ST 1849-50, B, inserto 10 no nº 9, Forbes, 5 de novembro de 1849.

<sup>116</sup> Burton, *Mission to Gelele*, I, 72.

<sup>117</sup> O filho de Martins com Maria Félix de Souza foi batizado em 1853: Simone de Souza, *La Famille de Souza*, 254, 273.

<sup>118</sup> Ibidem, 51-3.

<sup>119</sup> Reynier, "Recherches", 48.

<sup>120</sup> Correspondência de Santos, nº 52 [19 de fevereiro de 1847].

<sup>121</sup> Ross, "First Chacha", 27-8.

<sup>122</sup> PP, ST 1849-50, A, inserto 2 no nº 9, Comodoro Fanshawe, 9 de setembro de 1849.

<sup>123</sup> PP, ST 1849-50, B, inserto 14 no nº 9, Vice-Cônsul Duncan, Ajudá, 18 de setembro de 1849.